

DA NECESSIDADE	
1. Resumo do problema a ser resolvido (obrigatório):	
O objeto desta contratação refere-se à prestação de serviço técnico especializado para o reparo e substituição dos kits de vedação do sistema hidráulico de um disjuntor a gás SF ₆ , modelo 3AR1-EG, 145 kV, do fabricante Siemens, instalado na Subestação Principal do Centro Industrial Nuclear de Aramar – CINA.	
2. Identificação do Requisitante (obrigatório):	
2.1 Organização Militar (OM): Centro Industrial Nuclear de Aramar	
2.2 Área requisitante: Superintendência de Operação	
3. Demonstração da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual (PCA) (obrigatório):	
O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:	
I) ID PCA no PNCP: 00394502000144-0-000026/2025; II) Data de publicação no PNCP: 04/02/2025; III) Id do item no PCA: 2; IV) Classe/Grupo: 871 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARO DE PRODUTOS FABRICADOS DE METAL, MAQUINARIA E EQUIPAMENTOS; V) Identificador da Futura Contratação: 742030-12/2025.	
4. Descrição da necessidade, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público (obrigatório):	
<p>O disjuntor em questão integra um conjunto de seis equipamentos críticos responsáveis pela proteção, manobra e segurança operacional da rede elétrica de alta tensão do Centro Industrial Nuclear de Aramar – CINA. Sua função é essencial para a continuidade das operações, e qualquer comprometimento no seu desempenho representa risco direto ao funcionamento seguro e ininterrupto da Subestação Principal. Trata-se de um equipamento de elevada complexidade, que reúne sistemas integrados como a câmara de extinção pressurizada com gás SF₆, o sistema hidráulico de acionamento operando em alta pressão e os circuitos elétricos de comando e controle. A operação segura e confiável desse conjunto depende da interação precisa entre todos esses subsistemas, cujo desempenho adequado é indispensável para garantir a integridade das instalações e a segurança dos operadores.</p> <p>O disjuntor apresentou paralisação súbita, sem qualquer indicação prévia de anomalia durante as rotinas de inspeção preventiva conduzidas pelo Departamento de Manutenção Nuclear. A ausência de sinais antecipados evidencia que a falha decorreu de degradação interna não perceptível por meio dos procedimentos de manutenção rotineira, sugerindo obstrução ou comprometimento inesperado do sistema hidráulico responsável pelo acionamento do equipamento. Essa condição impactou diretamente a capacidade de abertura e fechamento do</p>	

disjuntor e, caso não seja tratada com a urgência necessária, pode resultar em falhas de manobra, interrupções involuntárias no fornecimento de energia e eventuais danos a outros componentes da instalação, configurando risco relevante à segurança operacional do sistema elétrico do CINA. A situação torna-se ainda mais relevante pelo fato de que, há poucos meses, outro disjuntor do mesmo conjunto também apresentou falha, o que demandou a contratação de serviço corretivo por meio de pregão eletrônico recentemente realizado. A repetição desse tipo de ocorrência em equipamentos da mesma série reforça o cenário de desgaste acumulado e a necessidade de intervenções especializadas para garantir a continuidade e a segurança do sistema elétrico da Subestação Principal. Essa recorrência evidencia o desgaste natural dos equipamentos, todos fabricados em 1987 e com mais de três décadas de operação, indicando que problemas como obstruções, degradação de vedações e comprometimento de componentes internos tendem a se manifestar com maior frequência devido ao envelhecimento da infraestrutura.

Embora a equipe do CINA realize rotinas regulares de manutenção preventiva, a natureza da falha identificada exige uma intervenção especializada que ultrapassa as capacidades técnicas e estruturais internas. A correção adequada desse tipo de problema demanda desmontagem e análise minuciosa do equipamento, substituição de kits de vedação e outros componentes críticos, tratamento do sistema hidráulico, troca do óleo, ajustes de alta precisão e execução de ensaios elétricos e mecânicos específicos, além da manipulação segura de gás SF₆ e de componentes operando sob alta pressão. Tais procedimentos requerem expertise profissional, ferramental apropriado e infraestrutura especializada, elementos que a equipe interna não possui para conduzir a intervenção com a segurança e a precisão necessárias.

Dessa forma, a contratação de empresa tecnicamente qualificada torna-se imprescindível não apenas para restabelecer o pleno funcionamento do disjuntor, mas também para prevenir falhas sistêmicas e mitigar riscos operacionais que possam comprometer o fornecimento de energia ao complexo do CINA. A recuperação adequada desse equipamento é fundamental para manter a confiabilidade da Subestação Principal e assegurar a continuidade das atividades estratégicas ali desenvolvidas. A contratação proposta, portanto, apresenta-se como medida necessária, urgente e plenamente justificada, garantindo a integridade do sistema elétrico e a segurança operacional da instalação.

5. Descrição dos Requisitos da Contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho (obrigatório):

Todos os parâmetros técnicos, critérios de desempenho e padrões mínimos de qualidade exigidos para a adequada execução deste serviço estão descritos de forma minuciosa na Descrição Técnica (DETEC) nº 201/46/2025, documento que integra o presente processo licitatório. O serviço ora demandado não possui natureza continuada, tratando-se de uma necessidade pontual e específica, decorrente de falha funcional identificada no sistema hidráulico de um dos disjuntores a gás SF₆, modelo 3AR1-EG, 145 kV, instalado na Subestação Principal do CINA.

A solução técnica escolhida foi definida com base na análise das características do defeito

identificado, na avaliação da capacidade interna do órgão e na necessidade de intervenção especializada com ferramentas e competências não disponíveis no quadro técnico do CINA. A contratação prevê a substituição de kits de vedação, limpeza e recuperação do sistema hidráulico, testes elétricos e mecânicos, e validação operacional do equipamento, seguindo normas da ABNT, IEC e regulamentações do Ministério do Trabalho.

Todos os custos logísticos e operacionais, incluindo transporte, deslocamento de pessoal, fornecimento de materiais, equipamentos, ferramentas e encargos relacionados à execução do serviço, serão de inteira responsabilidade da contratada. Tal exigência tem por objetivo assegurar a completa realização dos serviços contratados sem gerar ônus adicional à Administração, bem como garantir a autonomia técnica e a responsabilidade integral da contratada sobre os meios e recursos utilizados.

Além da necessidade técnica, a contratação apresenta benefícios ambientais diretos, ao priorizar a recuperação e manutenção de equipamento existente em detrimento da substituição por novo, o que contribui para a redução da geração de resíduos sólidos e da demanda por fabricação de novos componentes, alinhando-se aos princípios da economia circular.

A prática de manutenção corretiva, quando adequadamente executada, prolonga a vida útil de ativos, reduzindo os impactos ambientais associados à cadeia de produção industrial, como o consumo de matéria-prima, energia e emissão de gases de efeito estufa. Adicionalmente, a contratação exige da empresa contratada comprovação de análise de qualidade do óleo hidráulico utilizado, descarte adequado de resíduos e emissão de laudos técnicos assinados por profissionais habilitados, promovendo a rastreabilidade e a responsabilidade ambiental no processo.

Ainda que não tenha sido identificada legislação ambiental ou regulamento específico aplicável diretamente a este tipo de serviço, conforme verificado em consulta ao Guia de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (edição outubro de 2024), a presente contratação observa e adota os princípios gerais das compras públicas sustentáveis, conforme orientações da Administração Pública Federal.

Portanto, os requisitos definidos são tecnicamente necessários e suficientes à solução do problema identificado, garantindo a segurança, eficiência e confiabilidade operacional da instalação, ao mesmo tempo em que promovem a adoção de boas práticas de sustentabilidade, em conformidade com os normativos legais e com os princípios da economicidade, eficiência e responsabilidade ambiental previstos na Lei nº 14.133/2021.

6. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (obrigatório):

A estimativa da quantidade a ser contratada para o serviço de manutenção corretiva especializada do disjuntor a gás SF₆, modelo 3AR1-EG, Siemens 145kV, foi calculada com base em uma análise detalhada dos dados históricos de intervenções realizadas no equipamento e nas condições operacionais atuais do Centro Industrial Nuclear de Aramar (CINA).

Foram levadas em conta as especificidades técnicas do modelo 3AR1-EG, que apresentam uma

demanda pontual e não contínua, o que reforça a previsão de uma única intervenção corretiva para o presente ciclo contratual, com a possibilidade de futuras manutenções específicas dependendo da avaliação técnica posterior.

Em virtude da natureza pontual da demanda, não foi possível aplicar mecanismos que minorassem a incerteza na mensuração da quantidade, motivo pelo qual a estimativa foi baseada em dados concretos, resguardando a segurança jurídica e administrativa do processo.

A seguir, apresentamos a memória de cálculo:

Área	Equipamentos existentes	Serviço a ser prestado
Subestação	6	1

Em resumo, a quantidade de serviços de manutenção corretiva especializada para reparo do disjuntor a gás SF6 foi definida com base em uma avaliação criteriosa do estado técnico atual do equipamento e das necessidades operacionais do Centro Industrial Nuclear de Aramar. Essa abordagem assegura que a operação do disjuntor seja mantida com segurança e eficiência, permitindo que as intervenções sejam realizadas de forma planejada e eficaz, minimizando riscos e evitando interrupções não programadas nas atividades do CINA.

DA SOLUÇÃO

7. Levantamento de Mercado que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar (obrigatório):

O disjuntor a gás SF6 modelo 3AR1-EG, instalado na Subestação Principal do Centro Industrial Nuclear de Aramar, é um equipamento crítico para a operação segura do sistema elétrico, cuja falha pode comprometer a continuidade do fornecimento de energia e a segurança das instalações. Diante da identificação de uma falha específica no sistema hidráulico do disjuntor, torna-se necessária a adoção de uma solução que permita a rápida restauração do funcionamento do equipamento.

Entre as alternativas disponíveis no mercado para a solução deste problema estão a aquisição de um disjuntor novo, a compra de um equipamento recondicionado, a locação de um disjuntor substituto temporário ou a substituição por um modelo similar de outro fabricante. No entanto, a aquisição de um disjuntor novo envolve custos elevados, que podem variar na faixa de milhões de reais, além de demandar prazos de entrega e instalação que extrapolam a janela temporal disponível para garantir a operação segura da subestação. A compra de equipamento recondicionado, embora apresente custo reduzido em comparação ao novo, ainda assim requer um tempo considerável para aquisição, avaliação técnica, transporte e instalação, além de oferecer garantia limitada e possíveis riscos operacionais adicionais. A locação de equipamento substituto pode representar uma solução rápida, porém com custos recorrentes que, em uma análise de custo-benefício, se mostram elevados e logisticamente complexos, considerando as características técnicas específicas do disjuntor em questão. Por fim, a substituição por modelo alternativo implicaria em adaptações técnicas e compatibilidade que demandam estudos aprofundados e possíveis modificações na infraestrutura, inviabilizando a implementação

imediate.

Diante do cenário apresentado, a manutenção corretiva especializada do sistema hidráulico do disjuntor, realizada por empresa com conhecimento e infraestrutura específicos, configura a solução tecnicamente adequada e economicamente mais viável para restaurar o pleno funcionamento do equipamento em prazo compatível com as necessidades operacionais do CINA. Esta opção apresenta custos significativamente inferiores aos de aquisição de novos equipamentos, além de reduzir o impacto ambiental, ao prolongar a vida útil do ativo existente e minimizar o descarte de componentes. A manutenção corretiva permite ainda que a subestação mantenha sua operação com segurança, evitando paradas prolongadas e riscos associados à indisponibilidade do disjuntor.

Assim, a escolha pela contratação de serviço técnico especializado para a manutenção corretiva do disjuntor é justificada pela urgência em restabelecer a operação, pela complexidade técnica do equipamento, pela inexistência de tempo hábil para aquisição e instalação de novas unidades, e pela otimização dos recursos financeiros e ambientais disponíveis. A decisão alinha-se aos princípios de eficiência, sustentabilidade e continuidade operacional, fundamentais para a gestão dos ativos críticos do CINA.

8. Estimativa do Valor da Contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (obrigatório):

A justificativa para manter o valor do processo em sigilo reside na consideração das discrepâncias de preços observadas mesmo após uma ampla consulta. Apesar de termos consultado empresas, constatamos uma variação significativa nos preços apresentados durante o processo de orçamento.

Portanto, a manutenção do sigilo é essencial para garantir que o valor final reflita o verdadeiro mercado e ofereça a melhor relação custo-benefício para a União, tanto em termos econômicos quanto de qualidade, sem estar vinculado à orçamentação do órgão.

A estimativa de preços para os serviços de manutenção corretiva especializada do sistema hidráulico do disjuntor a gás SF6, modelo 3AR1-EG, Siemens 145kV, foi elaborada em conformidade com as diretrizes da Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia (SEGES). Para a composição da estimativa, foi realizada uma análise técnica detalhada do estado do equipamento, considerando a especificidade do modelo, o histórico de operação, e a necessidade de garantir a plena funcionalidade e segurança operacional do disjuntor.

Trata-se de um serviço de alta complexidade técnica, que exige conhecimento especializado, infraestrutura adequada e mão de obra qualificada, visto que envolve o reparo preciso do sistema hidráulico, substituição de componentes críticos e testes rigorosos para assegurar o funcionamento correto do disjuntor. Por ser uma atividade pontual e altamente especializada, não há ampla disponibilidade de contratações semelhantes no setor público, o que dificulta a obtenção de referências de preços diretamente comparáveis.

Conforme previsto no art. 5º da Instrução Normativa nº 65/2021, a estimativa de preços foi construída a partir de: (I) valores registrados em sistemas oficiais de compras públicas, (II) contratações similares realizadas por outras administrações públicas e (III) informações de publicações e mídias especializadas. Foram realizadas consultas ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), plataformas de compras governamentais e fontes do mercado especializado, contudo, não foram encontrados dados públicos suficientes ou diretamente comparáveis que permitissem a composição da estimativa apenas com base nesses parâmetros.

Diante da ausência de dados padronizados e da natureza específica do serviço, a Administração utilizou a hipótese prevista no inciso IV do art. 5º da IN nº 65, que autoriza a obtenção da estimativa com base em pesquisa direta de mercado junto a fornecedores especializados. Essa metodologia foi adotada como base legal e técnica para definir o valor estimado da contratação, levando em conta os insumos, serviços, prazos envolvidos, bem como as características técnicas do disjuntor e os cuidados necessários para sua adequada manutenção.

Assim, a estimativa apresentada reflete de forma realista os custos envolvidos na manutenção corretiva especializada do disjuntor, alinhando-se aos princípios da legalidade, economicidade e eficiência, e assegurando uma contratação que atenda às necessidades técnicas do CINA com transparência e conformidade às normas vigentes.

Em suma, apesar das pesquisas realizadas em sistemas oficiais e bases de dados especializadas, a singularidade do serviço e a ausência de referências diretas justificam o uso da pesquisa de mercado direta como método mais adequado para a obtenção da estimativa de preços.

9. Categoria do Objeto (obrigatório):

9.1 O objeto da presente contratação enquadra-se como:

- () Compra
- (X) Prestação de serviço SEM dedicação exclusiva de mão de obra
- () Prestação de serviço COM dedicação exclusiva de mão de obra
- () Serviço comum de engenharia
- () Serviço especial de engenharia
- () Obra

9.1.1 Bem de luxo: Declaramos que o objeto a ser licitado não se enquadra como “bem de luxo”, nos termos do Decreto nº 10.818/2021, ou seja, não são dotados de ostentação, opulência, forte apelo estético ou requinte. (Exemplos: artigos de marca, joias, automóveis de alta gama, móveis de luxo, camarão, lagosta, salmão, filé mignon etc.)

10. Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

A Descrição Técnica (DETEC) nº 201/46/2025 detalha os requisitos técnicos e os resultados esperados para esta contratação, assegurando que a solução adotada esteja alinhada às melhores práticas do mercado e às necessidades específicas da Administração.

Esta contratação tem como objetivo realizar a manutenção corretiva especializada para reparo e

substituição dos kits de vedação do sistema hidráulico de um disjuntor a gás SF6, modelo 3AR1-EG, Siemens 145kV, equipamento essencial para a segurança e continuidade operacional do Centro Industrial Nuclear de Aramar (CINA).

A escolha pela manutenção corretiva especializada justifica-se pela necessidade de restabelecer a plena funcionalidade do disjuntor, equipamento crítico que garante a proteção e o controle do sistema elétrico da instalação. A substituição dos kits de vedação do sistema hidráulico é fundamental para evitar vazamentos e falhas operacionais que podem comprometer a segurança e a confiabilidade do sistema.

Optar por esta solução técnica permite atender pontualmente a falha identificada, garantindo a rápida restauração do equipamento sem a necessidade de substituição completa, que implicaria em custos elevados e maiores tempos de inatividade. Além disso, a manutenção corretiva prolonga a vida útil do disjuntor, adiando investimentos mais onerosos e mantendo a operação dentro dos padrões exigidos.

Sob o ponto de vista econômico, a manutenção corretiva especializada representa uma alternativa financeiramente vantajosa em comparação à aquisição de um novo disjuntor ou à substituição total do sistema hidráulico. Essa abordagem minimiza os custos imediatos e reduz o impacto financeiro decorrente da indisponibilidade prolongada do equipamento.

Adicionalmente, a execução do serviço por empresa especializada garante a utilização de peças originais e a aplicação de técnicas adequadas, assegurando a qualidade, segurança e confiabilidade do reparo. Todos os custos logísticos e operacionais, incluindo transporte, frete e entrega, serão de responsabilidade da contratada, evitando ônus adicional à estrutura do CINA.

Por fim, a manutenção corretiva está em consonância com práticas sustentáveis ao evitar o descarte prematuro do equipamento e promover a utilização responsável dos recursos disponíveis. Essa prática contribui para a redução de resíduos e o impacto ambiental, alinhando-se aos princípios da economia circular e da gestão pública sustentável.

Diante da criticidade do equipamento, da inexistência de alternativas viáveis em tempo hábil para aquisição ou substituição e dos benefícios técnicos, econômicos e ambientais da manutenção corretiva, esta solução se apresenta como a mais adequada para atender à demanda do CINA com eficiência, segurança e responsabilidade.

11. Modalidade Licitatória (obrigatório):

11.1 Processo licitatório na modalidade pregão eletrônico: Declaramos que o objeto possui padrões de desempenho e de qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, sendo considerado como <<uma aquisição>> ou <<uma prestação de serviço comum>>, atendendo aos requisitos do art. 6º, XIII, e art. 29 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 c/c Orientação Normativa AGU nº 54, de 2014.

12. Justificativa para o Parcelamento ou não da contratação (obrigatório):

Este processo trata-se apenas de 1 (um) item, não sendo divisível. Sendo assim, não faz jus a aplicação de parcelamento.

13. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes, quando for o caso:

Não haverá contratação correlata e/ou interdependente ao objetivo final desta atual necessidade.

DEMAIS JUSTIFICATIVAS EXIGIDAS PELA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (AGU)**14. Justificativa para participação exclusiva de ME/EPP ou não (obrigatório):**

De acordo com o art. 10, inciso I, do Decreto nº 8.538/2015, não se aplica o tratamento diferenciado previsto para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) quando:

“I – não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.”

No presente processo licitatório, que visa à contratação de serviço técnico especializado para reparo e substituição dos kits de vedação do sistema hidráulico do disjuntor a gás SF₆, modelo 3AR1-EG, 145 kV, do fabricante Siemens, instalado na Subestação Principal do Centro Industrial Nuclear de Aramar (CINA), foi realizada pesquisa de mercado com empresas potencialmente capacitadas a executar o serviço.

O levantamento resultou no seguinte quadro de fornecedores:

ITEM	EMPRESA	PORTE (DEMAIS, EPP ou ME)	CIDADE/UF	ORÇOU?	QUANTOS ITENS?
1	JMX	LTDA	Itupeva/SP	SIM	1
2	LEROSE	LTDA	Franco da Rocha/SP	SIM	1
3	ER Gasparini	ME	Americana/SP	SIM	1
4	GEM Elétrica e Hidr.	LTDA	São Paulo/SP	NÃO	0
5	Maintenance Service	LTDA	Curitiba/PR	NÃO	0

Conforme se observa, apenas uma empresa enquadrada como ME (ER Gasparini, de Americana/SP) apresentou cotação. As outras duas empresas que enviaram propostas (JMX e LEROSE) não se enquadram como ME ou EPP. Ressalta-se que Americana/SP, embora dentro do Estado, não pertence ao núcleo regional mais próximo ao CINA, cuja referência geográfica principal é Sorocaba/SP e região.

Dessa forma, não foi identificado o número mínimo de três fornecedores ME/EPP locais ou regionais e aptos a cumprir as exigências do edital, conforme exigido pelo Decreto nº 8.538/2015. Além disso, o objeto da contratação possui alto grau de especialização técnica, sendo fundamental garantir a ampla competitividade entre os fornecedores qualificados para evitar riscos à contratação, como a frustração do certame ou a seleção de proposta tecnicamente inadequada.

Diante da inexistência do número mínimo de fornecedores ME/EPP aptos, e considerando a necessidade de assegurar uma contratação vantajosa e tecnicamente adequada, não é aplicável a exclusividade para ME/EPP nesta licitação, nos termos do art. 10, inciso I, do Decreto nº 8.538/2015. Assim, recomenda-se a ampla divulgação do certame para empresas de todos os portes, garantindo o cumprimento da legislação e o interesse público.

Exclusão Margem de Preferência: Em conformidade com o Decreto nº 11.890, de 22 de janeiro de 2024, que regulamenta as contratações públicas, e considerando as disposições da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (CICS), a exclusão da margem de preferência neste processo licitatório para a contratação do serviço de manutenção corretiva é fundamentada pela ausência de diretrizes específicas ou regulamentações da CICS que permitam a aplicação da referida margem de preferência no âmbito do presente certame.

De acordo com o Decreto mencionado, a margem de preferência para fornecedores e prestadores de serviços em processos licitatórios é uma medida voltada para promover o desenvolvimento sustentável, privilegiando, entre outros aspectos, o fornecimento de produtos ou serviços que atendam a critérios ambientais, sociais ou econômicos mais favoráveis. Entretanto, a CICS, até o presente momento, não estabeleceu resoluções que tratem diretamente da aplicação dessa medida em processos licitatórios que envolvem a contratação de serviços técnicos especializados, como é o caso do sistema hidráulico do disjuntor a gás SF₆, modelo 3AR1-EG, 145 kV.

Portanto, diante da inexistência de orientações específicas por parte da CICS, e com o objetivo de garantir a conformidade com a legislação vigente, entende-se que a inclusão de margem de preferência para este processo licitatório não se justifica. A ausência de regulamentação específica impede sua aplicação de forma legal e transparente, preservando assim a integridade e a competitividade do processo licitatório.

Dessa forma, opta-se pela exclusão da margem de preferência, assegurando que a licitação ocorra de acordo com os princípios da isonomia, da legalidade e da eficiência administrativa, sem prejuízo para a competitividade entre os licitantes.

15. Justificativa para vedação de participação de Cooperativas ou não (obrigatório):

Não será vedada a participação de cooperativas, desde que tenha em seu escopo os mesmos serviços, operações e atividades previstas em seu objeto social. Sendo assim, somente é vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.

16. Justificativa para permissão de empresas reunidas em consórcio ou não (obrigatório):

Não haverá permissão de empresas reunidas em consórcio. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade. A participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso do objeto sob exame. Não há nada que justifique a participação de empresas em consórcios no objeto em apreço. Ele não se reveste de alta complexidade, tampouco é serviço de grande vulto econômico, ou seja, o edital não traz em seu termo de referência nenhuma característica própria que justificasse a admissão de empresas em consórcio. A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade e de pequeno valor econômico atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantajosidade

buscada pela Administração. Trago à baila, em reforço da tese esposada, o entendimento da equipe técnica do TCU, que no bojo do Acórdão 2813/2004 Primeira Câmara, assim se manifestou, verbis:

26. O art. 33 da Lei de Licitações expressamente atribui à Administração a prerrogativa de admitir a participação de consórcios. Está, portanto, no âmbito da discricionariedade da Administração. Isto porque, ao nosso ver, a formação de consórcio tanto pode se prestar a fomentar a concorrência (consórcio de empresas menores que, de outra forma, não participariam do certame), quanto a cerceá-la (associação de empresas que, caso contrário, concorreriam entre si). Com os exemplos fornecidos pelo Bacen, vemos que é prática comum a não-aceitação de consórcios.

Nesse sentido, justifica-se a não participação de consórcio no presente certame.

17. Justificativa para permissão de subcontratação do objeto (obrigatório):

Será permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor do contrato, sendo a parcela correlacionada a prestação de serviço de transporte, visto possibilidade da CONTRATADA não possuir em seu escopo o equipamento adequado para manuseio do objeto desta aquisição. Condições para tal, encontra-se detalhada no termo de referência, subitem 4.2.

18. Justificativa para exigências de qualificação técnica na habilitação, quando for o caso:

A exigência de apresentação de atestados ou certidões de capacidade técnica tem por finalidade assegurar que a empresa contratada detenha efetiva experiência e aptidão para executar, com qualidade e segurança, o serviço especializado de manutenção corretiva e substituição dos kits de vedação do sistema hidráulico do disjuntor a gás SF₆, modelo Siemens 3AR1-EG, 145 kV, instalado na Subestação Principal do Centro Industrial Nuclear de Aramar – CINA.

Trata-se de intervenção em equipamento de alta tensão e elevada complexidade técnica, cuja execução requer conhecimentos específicos sobre sistemas hidráulicos de disjuntores de grande porte, propriedades e manipulação segura do gás SF₆, bem como disponibilidade de infraestrutura, ferramentas e instrumentos de medição apropriados. A atividade envolve procedimentos críticos, tais como desmontagem parcial do equipamento, substituição precisa dos kits de vedação, recomposição do circuito hidráulico, testes operacionais e cuidados rigorosos com o manejo e a contenção do gás isolante.

Diante desse contexto, é indispensável que a empresa responsável possua experiência comprovada em serviços similares, com escopo e complexidade compatíveis, garantindo domínio técnico suficiente para mitigar riscos ao equipamento, às instalações e aos operadores. A ausência de qualificação adequada pode comprometer diretamente a confiabilidade do disjuntor, ocasionar falhas operacionais, gerar interrupções indesejadas no fornecimento de energia à infraestrutura do CINA e potencialmente colocar pessoas em situação de risco.

A exigência de qualificação técnica, portanto, constitui medida necessária, proporcional e coerente com o princípio da seleção da proposta mais vantajosa, permitindo à Administração verificar previamente a capacidade do fornecedor. Os atestados de capacidade técnica funcionam como instrumento de comprovação objetiva de desempenho satisfatório em atividades equivalentes, reduzindo incertezas e prevenindo prejuízos decorrentes de execução inadequada.

Adicionalmente, a contratação de empresa com experiência comprovada assegura que os serviços serão realizados em conformidade com as normas técnicas e regulamentares aplicáveis,

incluindo padrões nacionais e internacionais (ABNT, IEC, NRs), contribuindo para:

- garantir a integridade operacional do disjuntor e dos sistemas associados;
- preservar a segurança das instalações e dos profissionais envolvidos;
- assegurar a continuidade e confiabilidade do fornecimento de energia à infraestrutura do CINA, cuja interrupção impactaria diretamente suas atividades essenciais;
- evitar atrasos, retrabalhos e eventuais falhas decorrentes de execução por empresa sem expertise comprovada.

Em síntese, a exigência de comprovação de capacidade técnica por meio de atestados é plenamente justificável e necessária para assegurar que a empresa vencedora possua qualificação compatível com a criticidade, a complexidade e os requisitos de segurança inerentes aos serviços de manutenção corretiva do disjuntor a gás SF₆ do CINA.

19. Justificativa para exigência de Garantia do Serviço e Garantia da Contratação, quando for o caso (para serviço):

Garantia: A exigência de garantia mínima de 12 meses para a execução dos serviços de manutenção corretiva, incluindo o reparo e substituição dos kits de vedação do sistema hidráulico do disjuntor a gás SF₆, modelo 3AR1-EG, 145 kV, fundamenta-se em práticas consolidadas no mercado para esse tipo de serviço técnico especializado.

Esse prazo de garantia é amplamente adotado como padrão na prestação de serviços de manutenção em equipamentos de alta tensão, pois assegura a confiabilidade e a qualidade técnica do trabalho realizado, além de proteger a Administração contra eventuais falhas decorrentes de execução inadequada ou de defeitos nos materiais utilizados.

Além disso, a garantia de 12 meses proporciona segurança operacional ao Centro Industrial Nuclear de Aramar (CINA), permitindo a detecção e correção de possíveis problemas que possam surgir em um período razoável após a conclusão do serviço, sem custos adicionais para a Administração.

Essa medida está alinhada com os princípios da eficiência e economicidade, evitando gastos futuros com reparos emergenciais e assegurando a continuidade das operações com elevados padrões de segurança e desempenho.

Dessa forma, a imposição dessa garantia é imprescindível para resguardar o interesse público e garantir a efetividade dos resultados esperados com a contratação.

Garantia da Contratação: dispensa justificada pela natureza de baixo risco do objeto, sem componentes críticos e pela reputação sólida do mercado fornecedor, que reduz a probabilidade de inadimplemento.

UASG 742050

20. Justificativa para exigência de Garantia, manutenção e assistência Técnica e Garantia da Contratação, quando for o caso (para aquisição):
Não aplicável.
21. Definição de reajuste, quando houver:
<p>Dentro do prazo de vigência e independente solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.</p> <p>A escolha do IPCA para o reajuste de preços é justificada por várias razões. Primeiro, o IPCA é o índice oficial de inflação utilizado pelo governo federal para definir a meta de inflação, sendo amplamente reconhecido como uma medida precisa da variação dos preços ao consumidor. Calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o IPCA é gerido por uma instituição respeitada por sua transparência e rigor metodológico, o que garante a objetividade e a confiabilidade na sua aplicação como índice de correção.</p> <p>Além disso, o IPCA é comumente utilizado em contratos administrativos e em diversos setores da economia, o que confere estabilidade e facilita a comparação com outros contratos. A prática de utilizar o IPCA contribui para a redução de questionamentos e controvérsias sobre a metodologia de correção, promovendo maior clareza e consistência.</p> <p>A escolha deste índice também é vantajosa porque é amplamente aceito e compreendido pelas partes envolvidas, facilitando a administração dos contratos e assegurando equidade nas relações contratuais. Dessa forma, a aplicação do IPCA para o reajuste dos preços está em conformidade com as melhores práticas de mercado e assegura uma abordagem justa e transparente para a atualização dos valores contratuais.</p>
22. Se a licitação for executada com o procedimento do Sistema de Registro de Preços, efetuar o enquadramento do objeto com base no art. 3º do Decreto nº 11.462, de 2023:
Não aplicável.
22.1. Prorrogação da Vigência da Ata e Renovação do Quantitativo, na licitação para Registro de Preços:
Não aplicável.
23. Apresentação dos prazos máximos de execução e vigência da contratação (obrigatório):
<ul style="list-style-type: none"> - Vigência: 120 dias; - Execução: 30 dias corridos.
23.1 Contrato de Escopo (obrigatório):
Não aplicável.
24. Apresentação do local de execução e/ou fornecimento (obrigatório):
Centro Industrial Nuclear de Aramar – CINA, localizado na Rodovia Sorocaba/Iperó, km 12,5,

município de Iperó/SP, telefone (15) 3229-8100, entre segunda e sexta-feira, no período de 09:00 horas às 16:00 horas, com acompanhamento por servidor designado para esse fim.

25. Justificativa do enquadramento ou não do objeto como atividade de custeio (obrigatório):

Conforme características e aplicações do objeto, o presente processo diz respeito a custeio. Tal definição foi baseada, conforme estabelecido em norma complementar para o cumprimento do Art. 3º do Decreto nº 10.193, de 27 dezembro de 2019, relacionado no inciso V do Art. 2º da Portaria 7.828, de 30 de agosto de 2022.

“V - aquisição, manutenção e locação de veículos, máquinas e equipamentos.”

Ressalto que este item refere-se à manutenção de equipamentos e, portanto, classificado como atividade de custeio.

Limite: Visto que este processo refere-se a um novo contrato, será observado o que está estabelecido no Art. 3º do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019:

“Atividades de custeio

Art. 3º A celebração de novos contratos administrativos e a prorrogação de contratos administrativos em vigor relativos a atividades de custeio serão autorizadas em ato do Ministro de Estado ou do titular de órgão diretamente subordinado ao Presidente da República.

§ 3º Para os contratos com valor igual ou inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a competência de que trata o caput poderá ser delegada ou subdelegada aos coordenadores ou aos chefes das unidades administrativas dos órgãos ou das entidades, vedada a subdelegação.”

Competência das autoridades: Baseado no § 3º descrito no item acima e no Art. 3º da Portaria nº 7.828, de 30 de agosto de 2022, conforme transcrito:

“Art. 3º A autorização de que trata o art. 3º do Decreto nº 10.193, de 2019, poderá ser realizada em qualquer fase do processo de contratação até antes da assinatura do contrato ou do termo aditivo de prorrogação.”

Sendo assim, reafirmamos o compromisso de que este órgão exercerá suas atribuições legais sempre que necessário durante o processo. Tal exercício será formalizado por meio de portaria de nomeação, que concederá as autorizações e atribuições adequadas para as funções a serem designadas oportunamente.

26. Objeto relativo a Programa Estratégico (obrigatório):

O objeto não é relativo a Programa Estratégico. Diante disso, deverá ser analisado pelo CJU/SP.

DO PLANEJAMENTO

27. Benefícios a serem alcançados com a contratação (demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis) (obrigatório):

A contratação dos serviços de reparo e substituição dos kits de vedação do sistema hidráulico do disjuntor a gás SF₆, modelo 3AR1-EG, instalado na Subestação Principal do Centro Industrial

Nuclear de Aramar – CINA, traz diversos benefícios econômicos e operacionais essenciais. O principal deles é a economicidade, pois, ao optar pela manutenção corretiva em vez da substituição completa do disjuntor, a Administração promove a restauração da funcionalidade do equipamento com investimento significativamente menor, evitando custos elevados e prolongando a vida útil do ativo existente.

Além disso, essa medida assegura a segurança e a continuidade operacional da Subestação Principal do CINA. A manutenção atua diretamente para eliminar riscos de falhas que possam resultar em curtos-circuitos, queima do disjuntor ou interrupções no fornecimento de energia, garantindo a continuidade das operações críticas da unidade.

A iniciativa também está alinhada com princípios de sustentabilidade e gestão responsável. O reparo das vedações permite a preservação do equipamento original, evitando a substituição prematura e reduzindo o impacto ambiental associado ao descarte e à fabricação de novos equipamentos.

Dessa forma, essa contratação garante que os recursos públicos sejam aplicados de maneira eficiente e duradoura, em conformidade com os princípios de economicidade, eficiência e responsabilidade da Administração Pública.

28. Providências a serem Adotadas (pela Administração previamente à celebração do contrato, tais como adaptações no ambiente do órgão ou da entidade, necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual):

Não há necessidade de tomada de providências de adequações do ambiente do órgão para esta futura contratação.

29. Possíveis Impactos Ambientais (descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável):

Após consultar o guia de licitações sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU), verificou-se que não há legislação específica aplicável a esta aquisição. Portanto, o Plano de Logística Sustentável (PLS) proposto é o seguinte:

- Implementar medidas para prevenir o desperdício de energia elétrica e água tratada;
- Realizar treinamentos periódicos para conscientização dos funcionários sobre boas práticas de redução de resíduos e poluição;
- Priorizar o uso de produtos sustentáveis sempre que possível, incluindo aqueles que são recicláveis, atóxicos, reutilizáveis e biodegradáveis, com menor impacto ambiental;
- Escolher produtos que estejam embalados em materiais recicláveis e atóxicos, conforme as normas estabelecidas pela ABNT NBR 15448-1 e 15448-2, para garantir a máxima proteção durante o uso;
- Garantir que os bens adquiridos não contenham substâncias perigosas em concentrações acima das recomendadas pela diretiva RoHS (Restrição de Certas Substâncias Perigosas),

como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs) e éteres difenilpolibromados (PBDEs);

- Cumprir com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CONAMA nº 20, de 07 de dezembro de 1994, referentes aos equipamentos que produzem ruído durante seu funcionamento;
- Estabelecer critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de produtos biodegradáveis.

É importante ressaltar que o Centro Industrial Nuclear de Aramar possui um departamento chamado CEDIFAS - Centro de Disposição da Fase Sólida, responsável pelo descarte apropriado de materiais e equipamentos. Isso demonstra o compromisso do centro com a gestão ambiental responsável e a minimização do impacto ambiental de suas atividades.

Participo que este órgão mantém em seu escopo o documento de PLS (plano diretor de logística sustentável), conforme página da intranet do CTMSP (https://www.ctmsp/sites/default/files/gestao-ambiental/PL-CTMSP-SGA-03.001_00/12/index.html). O documento PLS elaborado pelo CTMSP tem como objetivo definir as responsabilidades, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, que permitem ao órgão ou entidade estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na administração pública e deve ser elaborado para atender o Art. 16 do Decreto nº 7.746/2012 (“...a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes deverão elaborar e implementar Planos de Gestão de Logística Sustentável...”).

Os temas monitorados e trabalhados no PLS do CTMSP e OM subordinadas são:

- Material de Consumo
- Energia Elétrica
- Água e Esgoto
- Coleta Seletiva
- Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho
- Compras e Contratações Sustentáveis
- Deslocamento de Pessoal

Em resumo, ao considerar requisitos de baixo consumo de energia e outros recursos, bem como implementar medidas mitigadoras para reduzir os impactos ambientais o Centro Industrial Nuclear de Aramar demonstra seu compromisso com a sustentabilidade ambiental e a preservação do meio ambiente. O departamento CEDIFAS desempenha um papel importante na garantia de um descarte apropriado dos materiais utilizados, contribuindo para a gestão ambiental responsável das atividades do centro.

29.1. Definição do código e sua respectiva descrição do registro no CADASTRO TÉCNICO FEDERAL (CTF) do IBAMA ou justificar a opção pela não obrigatoriedade do CTF para o objeto:

Não há nenhuma correspondência entre o serviço pretendido com nenhuma das categorias constantes no guia de contratações sustentáveis de outubro de 2024.

UASG 742050

30. Regime de Execução de obras e serviços de engenharia, quando for o caso:
Não aplicável.
DA VIABILIDADE
31. Declaração de Viabilidade (posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina) (Obrigatório):
Considerando o estudo acima disposto, declaramos ser viável esta aquisição, pois atende à demanda existente, respeitando os princípios da economicidade e eficiência da administração pública.
32. Publicidade das Informações – Lei nº 12.527/2011 (Lei de acesso à informação) (obrigatório):
<p>A publicidade das informações quando da utilização de recursos públicos licitação, contratos administrativos é a regra, conforme art. 7º (item VI) da Lei nº 12.527/2011 combinado com o art. 6º da Lei nº 10.947/2022.</p> <p>Todavia, em atenção ao art. 7º, de ambas as legislações supracitadas, existem casos em que tal publicação é dispensada.</p> <p>Nesse contexto, acrescenta-se a necessidade de obter aprovação prévia do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP) para a publicidade de dados, informações e atos administrativos relativos ao PNM e aos contratos que o suportam.</p> <p>Face ao exposto, a presente contratação possui limitação quanto à sua publicidade:</p> <p>() SIM - Deverá ser apensado aos autos o "Termo de Justificativa", fundamentando a referida limitação.</p> <p>(X) NÃO.</p>